

**A CRISÁLIDA SOCIAL DO VALOR: TRABALHO, MERCADORIA E EQUIVALENTE**

**THE SOCIAL CRHYSALIS OF VALUE: LABOUR, COMMODITY AND EQUIVALENT**

*Henrique Wellen<sup>1</sup>*

Recebido: 08/2019  
Aprovado: 11/2019

**Resumo:** Buscou-se analisar como as relações entre as mercadorias, dentro da sociedade onde predomina o modo de produção capitalista, manifestam a riqueza social e se constituem como parâmetros para a determinação do valor. Nesse sentido, tomando como referência as quatro formas de valor apresentadas por Karl Marx em *O capital* (*Forma elementar ou acidental de valor; forma total ou expandida do valor; forma geral do valor; e forma dinheiro*), examinou-se a transição da qualidade relativa do valor para uma posição de soberania econômica. Também se almejou distinguir peculiaridades históricas e lógicas desta dinâmica, assim como indicar impactos que metamorfoseiam o trabalho e elevam a sua qualidade abstrata à vigência social.

**Palavras-chave:** Marx; mercadoria; valor; equivalente; trabalho abstrato.

**Abstract:** The aim was to analyse how the relations between commodities, within the society where the capitalist mode of production prevails, manifest the social wealth and constitute themselves as parameters for the determination of value. In this sense, taking as reference the four forms of value presented by Karl Marx in *Capital* (*elementary or accidental form of value; total or expanded form of value; the general form of value; and the money form*), was examined the transition from the relative quality of value to its position of economic sovereignty. It was also intended to distinguish historical and logical peculiarities from this dynamic, as well to indicate impacts that metamorphose labour, and to raise its abstract quality to social validity.

**Keywords:** Marx; commodity; value; equivalent; abstract labour.

---

<sup>1</sup> Professor de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou pós-doutorado em Teoria Política na University of Kent (Inglaterra). E-mail: [harw@uol.com.br](mailto:harw@uol.com.br)

## Introdução

Karl Marx inicia o seu mais importante livro afirmando que a riqueza da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista aparece como uma *imensa acumulação de mercadorias* e que, para analisar essa sociedade, a investigação deve começar, portanto, pela análise das mercadorias (cf. Marx, 2010a, p. 45)<sup>2</sup>. Dois elementos se destacam nessa assertiva: a *riqueza* e as *mercadorias*. Mas qual a relação entre estas duas categorias na investigação de Marx e qual delas tem maior centralidade analítica em sua obra?

Ainda que o objeto de estudo indicado na afirmação seja a riqueza, essa não ocorre de forma geral ou universal. Tem-se uma determinação da historicidade dessa riqueza. Trata-se da riqueza que se apresenta a partir das mercadorias. As mercadorias são, pois, a forma e a manifestação da riqueza a ser analisada. Nesse sentido, a questão acerca de qual seria a centralidade categorial da análise de *O capital* se encontra envolvida tanto por elementos históricos como lógicos<sup>3</sup>. O método utilizado por Marx para analisar o capitalismo não se volta nem para o idealismo nem para o determinismo. Nem desconsidera as formas histórico-concretas de organização social, nem as naturaliza. Ao tecer a relação entre a riqueza e as mercadorias, trata-se, tão somente, de uma constatação acerca da forma social de expressão econômica na sociedade capitalista.

Se a análise econômica volta-se para a análise da riqueza, então esta investigação, ao se debruçar sobre o modo de produção capitalista, deve analisar essa riqueza tendo as mercadorias como sua principal manifestação. Em outras palavras, analisa-se a riqueza não de uma forma ausente de mediações, mas a partir de uma forma socialmente determinada: as mercadorias. Dentro da análise da sociedade burguesa, o próprio uso da abstração remete a essa categoria:

Além disso, na análise das formas econômicas, nem se pode usar microscópios nem reagentes químicos. A força da abstração precisa substituir ambos. Mas, na sociedade burguesa, a forma da mercadoria do produto do trabalho – ou a forma valor da mercadoria – é a forma econômica celular. (Marx, 2010b, p. 8).

---

<sup>2</sup> Alguns anos antes desta afirmação, em uma carta para Engels de 22 de julho de 1859, Marx (2010d, p. 473) já tinha escrito que: “o caráter especificamente social da produção burguesa, de modo algum absoluto, é analisado imediatamente em sua forma mais simples, a da mercadoria”.

<sup>3</sup> Moura (1999, p. 67), por exemplo, polemiza acerca do que deveria ser considerado como ponto de partida para a análise de Marx, criticando aqueles que, “inadvertidamente” elegem a mercadoria em detrimento da riqueza. De forma mais explícita e detalhada, Holloway (2015) desenvolve todo um artigo não somente para advogar que a análise de *O capital* se inicia pela riqueza, mas também que essa categoria se contrapõe à mercadoria. Para o autor, o sentido de riqueza utilizado por Marx se referiria a uma constelação subjetiva e de realização humana que, dessa forma, encontrar-se-ia em luta constante contra a forma alienadora da mercadoria.

Dentro do capitalismo, contar riquezas manifesta-se pela contagem de mercadorias; acumular mercadorias é expressão de acumulação de riqueza. Mas, dessa forma, surge a seguinte pergunta: por que as mercadorias são, nessa sociedade, a manifestação de riqueza?

Tendo por base os capítulos introdutórios de *O capital*, buscou-se, neste artigo, analisar como as relações entre as mercadorias, dentro da sociedade onde predomina o modo de produção capitalista, manifestam a riqueza social e se constituem como parâmetros para a determinação do valor. Em seguida, utilizando como referência de análise as quatro formas de valor apresentadas por Marx nesta obra (*forma elementar ou acidental de valor; forma total ou expandida do valor; forma geral do valor; e forma dinheiro*), investigou-se a transição da qualidade relativa do valor para uma posição de soberania econômica. Por fim, almejou-se distinguir peculiaridades históricas e lógicas desta dinâmica, assim como indicar impactos que metamorfoseiam o trabalho e elevam a sua qualidade abstrata à vigência social.

## I

Para encaminhar esta análise acerca da relação entre as mercadorias e a riqueza, requer-se, de fato, apreender não as mercadorias em si, mas a formação social que criou as bases para que as mercadorias se tornassem a expressão da riqueza. Requer-se, portanto, uma análise histórica voltada para apreender as mudanças sociais que ocorreram na transição entre os modos de produção. O encaminhamento analítico histórico, todavia, é essencial para apreender as fases constitutivas de determinações do objeto, mas não assegura a análise da sua expressão mais complexa. Isso porque, na pesquisa histórica, tem-se, no desenvolvimento dos fatos, o buslís da pesquisa. A exposição, nesses casos, aparece por transições e desenvolvimentos entre atos anteriores e posteriores. E, para se evitar enredar determinismos entre os acontecimentos, não se pode atribuir uma causalidade antecipada entre eles.

Isto é, o que ocasionou um fato histórico só pode ser explicado a partir das possibilidades anteriores. Mas, as possibilidades anteriores, por sua vez, só serão descortinadas cognitivamente como potências realizadas no futuro, quando tiverem ocorrido. A vigência social das mercadorias é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento das possibilidades das sociedades pré-capitalistas e a constituição de algo inédito a elas. Esse algo inédito, ainda que precise ser lastreado analiticamente pela pesquisa histórica, não se resume a isso. Entre o

método de investigação e o método de exposição existem legalidades distintas<sup>4</sup>. E apenas o momento presente é que explica as possibilidades efetivadas do passado. A anatomia do homem explica a anatomia do macaco<sup>5</sup>.

No caso das mercadorias como uma manifestação da riqueza social, esse enigma não pode ser identificado na transição histórica para o modo de produção capitalista. Ainda que essa análise seja indispensável, não é ela que encaminha a exposição lógica dessa determinação<sup>6</sup>. À questão anterior, se estabelece outra: o que tem nas mercadorias para serem o elemento da manifestação da riqueza? A questão, assim, não se relaciona com o estabelecimento histórico das mercadorias como medida ou fundamento da riqueza, mas sobre a própria riqueza expressa no conteúdo das mercadorias.

Para apreender essa qualidade das mercadorias como elemento básico da manifestação da riqueza, importa menos descobrir como as mercadorias se tornaram historicamente esse elemento e mais apreender, a partir dessa qualidade socialmente posta, qual o seu fundamento. Salienta-se que não se trata, nem de longe, de se realizar uma apresentação a-histórica, que, ao fim e ao cabo, termine por naturalizar a forma mercadoria. O desenvolvimento histórico encontra-se presente e pressuposto. A análise da sociedade em que a mercadoria se apresenta como fundamento da riqueza remete, portanto, ao seu desenvolvimento histórico. Mas essa crítica precisa buscar apreender as determinações mais complexas e desenvolvidas, relativas àquilo que as diferenciam das sociedades anteriores. E, para tanto, precisa-se captar essas determinações e as expor de forma que expressem o seu conteúdo. A exposição lógica engloba, pois, esses requisitos.

O enigma não está, portanto, na origem das mercadorias, mas na realidade vigente das mercadorias. Até mesmo para criticar o fato de as mercadorias serem a expressão da riqueza nessa sociedade, faz-se imperativo apreender o que faz, nessa sociedade, que as mercadorias sejam a expressão da riqueza. Por isso que, em *O capital*, não apenas as mercadorias encontram-

---

<sup>4</sup> Além de se distinguir da etapa de aproximação analítica do objeto, o método de exposição (*Darstellungsmethode*) não se resume a uma representação imediata do objeto. Ao expressar as variadas mediações que perpassam o conteúdo do objeto, também se visualizam as suas contradições. Nesse sentido, a exposição carrega, dentro do si, uma capacidade crítico-objetiva (cf. Müller, 1983).

<sup>5</sup> “A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e multifacetada organização histórica de produção. Desta forma, as categorias que expressam essas relações e o entendimento da sua estrutura, providenciam, ao mesmo tempo, um discernimento da estrutura e das relações de produção de todas as formas prévias de sociedade que serviram de ruínas e de componentes que foram usados na criação da sociedade burguesa. Alguns destes restos ainda são arrastados, sem assimilação, dentro da sociedade burguesa, enquanto que elementos que antes eram pouco indicados foram desenvolvidos e alcançaram seu pleno significado, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (Marx, 2010c, p. 42).

<sup>6</sup> Também por isso que Marx (2010a) postergou ao final do seu livro a análise acerca da transição histórica para o capitalismo, tratando-a na parte intitulada de *A assim chamada acumulação primitiva*.

se pressupostas na análise social, mas também a sua vigência dentro sociedade onde predomina o modo de produção capitalista. Nessa obra, as expressões gradativas de determinações das mediações das mercadorias não se referem a um percurso histórico, mas se remetem a uma exposição lógica. Tratam-se das mediações das mercadorias dentro da sociedade em que a riqueza é medida em mercadorias: o modo de produção capitalista<sup>7</sup>.

Para proceder nessa investigação, o passo inicial é analisar as próprias mercadorias. Qual a qualidade expressa nas mercadorias que as tornam manifestação de riqueza? É importante fazer com que as mercadorias relevem e revelem essa qualidade. Pois, se assim não o for, se essa qualidade não estiver presente nas mercadorias, tratar-se-ia de uma mistificação oriunda da mente do pesquisador. E, como Marx indicou inicialmente, o pressuposto das mercadorias serem a manifestação da riqueza é vigente e, assim, socialmente válido, independentemente da sua concordância pelo pesquisador. A aceitação da vigência desse pressuposto não significa a sua naturalização ou a sua legitimação. Significa, tão somente, a indicação da sua validade histórica e social.

Todavia, ressalta-se que não se trata da análise de uma mercadoria, no singular, mas de mercadorias, no plural. Não é uma simples e específica mercadoria que constitui a manifestação da riqueza. A riqueza se expressa a partir de uma variedade de distintas mercadorias. É preciso, pois, apreender essas mercadorias para identificar o que as permitem ser expressões de riquezas. E, nesse ponto, mais importante do que analisar as mercadorias de forma independentes, é

---

<sup>7</sup> É importante indicar a existência de um debate sobre a afirmação de que Marx, nos capítulos introdutórios de *O capital*, teria feito uma exposição lógica baseada na vigência do modo de produção capitalista. Alguns analistas, como Heinrich (2004, p. 30), afirmam não apenas que esta afirmação está correta, como que Engels teria cometido um erro ao afirmar a semelhança entre a exposição lógica e a histórica. Nesse sentido, o autor critica Engels pela defesa de que a apresentação inicial de *O capital* refere-se à exposição do desenvolvimento histórico da mercadoria, baseada em sociedades pré-capitalistas. De toda forma, a própria declaração de Engels (2010, p. 475) apresenta elementos mais complexos acerca desta identidade: “Mesmo após a determinação do método, a crítica da economia política ainda pode ser organizada de duas maneiras – histórica ou logicamente. Como no decorrer da história, como em sua reflexão literária, o desenvolvimento procede, em grande parte, das relações mais simples para as mais complexas, o desenvolvimento histórico da economia política constituiu uma pista natural, que a crítica poderia tomar como ponto de partida; então as categorias econômicas apareceriam no todo na mesma ordem que no desenvolvimento lógico. Essa forma parece ter a vantagem de uma maior lucidez, pois traça o desenvolvimento real, mas na verdade, ela se tornaria, no máximo, mais popular. A história frequentemente se move aos trancos e barrancos e em ziguezagues, e dizer que isso deveria ser seguido significaria não apenas que uma quantidade considerável de material de pequena importância teria que ser absorvida, mas também que a linha de pensamento frequentemente teria que ser interrompido; além disso, seria impossível escrever a história da economia política sem a da sociedade burguesa, e a obra seria infinita por causa da ausência de todos os estudos preliminares. O método lógico de abordagem foi, portanto, o único adequado. Isso, no entanto, não é mais do que o método histórico, apenas despojado da forma histórica e das contingências interferentes. O ponto onde essa história começa também deve ser o ponto de partida da linha de pensamento, e seu progresso ulterior será simplesmente a reflexão, em forma abstrata e teoricamente consistente, do curso da história, uma reflexão corrigida, mas corrigida de acordo com leis proporcionadas pelo curso atual da história, uma vez que cada momento pode ser examinado no estágio de desenvolvimento em que atinge sua plena maturidade, sua forma clássica”.

analisá-las a partir das suas relações. O segredo da expressão da riqueza das mercadorias só pode ser decifrado pela análise da própria relação entre as mercadorias.

Uma mercadoria particular, isolada de todas as outras, não expressa o fundamento de riqueza social. A sua qualidade que permite medir a riqueza só se manifesta em comparação com outras mercadorias. É somente nessa relação que se pode, inclusive, analisar se uma mercadoria expressa mais riqueza do que outra. Uma mercadoria por si mesma, não apresenta nenhuma medida de riqueza, nem sequer a sua própria<sup>8</sup>. Para saber, por exemplo, se ela pode ser trocada por outras mercadorias, isso só ocorre na sua relação com as outras mercadorias. É essencial observar nesse movimento das mercadorias se alguma característica se revela e indica o seu fundamento ou expressão da riqueza social. Essa análise se inicia, então, pela simples aparência das mercadorias, buscando apreender se estas possuem algum fundamento de riqueza.

As mercadorias expressam a riqueza de duas formas: a riqueza que serve para saciar uma necessidade humana e a riqueza que opera como uma expressão de troca por outra riqueza. A riqueza que se consome e a riqueza que se troca por outra riqueza. De um lado, as mercadorias portam uma capacidade de saciar necessidades humanas e, de outro, possuem a capacidade de serem trocadas por outras mercadorias. São as duas faces de uma mesma moeda. A riqueza que é consumida e que sacia necessidade humana e a riqueza usada como troca por outra riqueza. Em termos simples, o uso da mercadoria e a troca da mercadoria. A simples aparência já apresenta, portanto, a mercadoria como uma riqueza para o uso e como uma riqueza para a troca. Um valor de uso e um valor de troca:

A utilidade de uma coisa a torna um valor de uso. Mas a sua utilidade não é uma coisa de ar. Sendo limitada pelas propriedades físicas da mercadoria, ela [a utilidade] não possui existência separada da mercadoria. Uma mercadoria, como ferro, trigo, ou um diamante é, portanto, tanto quanto uma coisa material, um valor de uso, algo útil. Essa propriedade da mercadoria é independente da quantidade de trabalho requerida para apropriar-se das suas qualidades úteis. Quando tratamos de valores de uso, nós sempre pressupomos estar lidando com quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, jardas de linho, ou toneladas de ferro. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para um estudo especial, o do conhecimento comercial das mercadorias. Valores de uso só se tornam realidade pelo uso e pelo consumo: eles também constituem a substância de toda a riqueza, qualquer que seja a formação social dessa riqueza. Na forma de sociedade a ser analisada por nós,

---

<sup>8</sup> No fundo, não existe uma mercadoria, no sentido individual e isolado. Conforme veremos, para ser mercadoria, precisa-se de uma relação social específica que determine essa condição em que os produtos do trabalho recebam a forma mercadoria e fiquem nessa aprisionados. Para se apreender o valor de uma mercadoria, ela deve estar conectada com as outras mercadorias. Nesse sentido, pressupõe-se uma mercadoria particular na comparação com as demais: “Cada mercadoria individual, nessa conexão, deve ser considerada como uma amostra média de sua classe” (Marx, 2010a, p. 49).

eles [os valores de uso] são, adicionado a isso, os portadores materiais do valor de troca (Marx, 2010a, p. 46).

As mercadorias tanto servem para saciar a necessidade humana como para serem trocadas por outras mercadorias. Contudo, é possível apreender a riqueza da mercadoria através do seu consumo e da sua capacidade de saciar uma necessidade humana? A resposta positiva requer uma condicionalidade: desde que as necessidades humanas sejam equalizadas e que possam ser quantificáveis. Ou seja, na comparação entre duas mercadorias pelas suas qualidades de saciar necessidades humanas, é possível fazer alguma relação quantitativa?

Ao quantificar a manifestação da riqueza das mercadorias a partir da sua utilidade, dos seus valores de uso, precisar-se-ia, conseqüentemente, quantificar as próprias necessidades humanas. Numa relação social, se uma mercadoria serve para realizar a necessidade de uma pessoa, mas não serve para a outra, essa mercadoria não possui uma identidade como riqueza social. Seria uma manifestação de riqueza apenas no quesito individual. Para o valor de uso funcionar como medida de expressão de riqueza social das mercadorias seria preciso, portanto, reduzir as necessidades humanas a uma mesma unidade, a algo que lhes determinasse uma identidade. Poder-se-ia utilizar, para tanto, como fazem alguns pesquisadores sociais, um parâmetro de renda ou de consumo. Lastreado por estes níveis econômicos, buscar-se-ia um mínimo no qual as necessidades se tornariam equalizadas. Algo como uma linha de pobreza, em que todas as pessoas teriam as mesmas indicações mínimas de consumo para sobreviverem. Nesse sentido, as mercadorias seriam medidas a partir de uma determinada capacidade de satisfação das necessidades humanas. Mas não de variadas necessidades humanas. Apenas destas supostas mínimas necessidades de consumo.

Este caso se refere à seleção dessas supostas necessidades mínimas. Mas será que as necessidades humanas básicas são idênticas para todas as pessoas? É fato que todos os seres humanos precisam atender às suas necessidades biológicas e que esses corpos celulares precisam, para o seu bom funcionamento, de determinadas substâncias. Mas, além de existir uma variação muito grande em relação à composição dessas substâncias nas diversas formas de objetos de consumo, as qualidades de sua satisfação são bem distintas entre pessoas e sociedades. No fundo, o desenvolvimento das necessidades humanas acompanha o próprio desenvolvimento da humanidade. Contra a naturalização das necessidades humanas, faz-se importante, pois, indicar a sua historicidade. E, mesmo com convenções sociais que determinem parâmetros para os valores de uso, a história humana permanece em movimento:

Cada coisa útil, como ferro, papel, etc, pode ser visualizada a partir de dois pontos de vista, de qualidade e de quantidade. É uma mistura de muitas propriedades e, portanto, pode ser usada de várias formas. *Descobrir os vários usos de uma coisa é um trabalho da história*. Assim também é o estabelecimento de padrões de medidas socialmente reconhecidos para as quantidades destes objetos úteis. A diversidade destas medidas se origina, em parte, pela diversidade natural dos objetos a serem medidos e, em outra parte, pela convenção (Marx, 2010a, p. 45-46).

Para se falar em identidade acerca das necessidades humanas, torna-se imperativo o acompanhamento de uma adjetivação imposta, seja essa “básica”, “mínima”, ou qualquer outra. Com esse subterfúgio, todas as pessoas seriam quantificadas pela mesma necessidade e expressariam, com as mercadorias, a mesma relação de valor de uso. Nessa identidade de valores de uso, todas as pessoas não apenas deveriam ter o consumo quantificado, mas, especialmente, esse seria qualitativamente equalizado. Isto é, precisariam ter os mesmos padrões de consumo acerca das mercadorias que estão servindo de manifestação de riqueza. Entretanto, a própria aparência da relação social apresenta a impossibilidade de se comparar, entre mercadorias diferentes, um mesmo valor de uso.

Em uma sociedade regida pelas mercadorias, a capacidade de acumulação de riquezas se relaciona na capacidade de trocas de mercadorias. Para ser uma mercadoria, além dessas duas qualidades se fazerem presentes (valor de uso e valor de troca), ocorre, nessa relação, uma transferência de valor: “para se tornar uma mercadoria, um produto precisa ser transferido, por meio da troca, para outro, a quem ela servirá como valor de uso” (Marx, 2010a, p. 51).

Como expressão do valor de troca, a capacidade de saciar as necessidades humanas contidas nas mercadorias volta-se para outra pessoa. Não se trata das necessidades dos portadores das mercadorias, mas daqueles que pretendem adquiri-las. O valor de uso se transporta em uma direção social externa e, com ele, também a fonte da produção desse objeto materializada na mercadoria. Da mesma forma, estando a mercadoria determinada pela relação de troca, a própria manifestação dessa riqueza não se estabelece na sua condição de uso, mas se manifesta na permuta com outras mercadorias. Com isso, nas mercadorias, as manifestações de riquezas externas subsumiram o valor de uso e, nesse caso, o próprio trabalho empregado nessa produção. A manifestação da riqueza, dessa forma, torna-se uma expressão subordinada do movimento das mercadorias.



## II

No capítulo inicial de *O capital*, Marx (2010a) apresenta quatro mediações gradativas das relações entre as mercadorias. Ressalta-se que, conforme indicado, esses níveis de relacionamentos das mercadorias se referem menos às etapas históricas de desenvolvimento social e mais às complexidades lógicas envolvidas na apresentação desta dinâmica. Esses níveis relacionais, por sua vez, expressam-se em distintas formas de valor que se tornam, de maneira ascendente, cada vez mais complexas e dominantes. E, se o valor é o elemento nuclear dessas expressões, a equivalência entre as mercadorias é um operador fundamental dessas relações. Assim encontram-se intituladas essas quatro formas: *forma elementar ou acidental de valor*; *forma total ou expandida do valor*; *a forma geral do valor*; e *a forma dinheiro*.

Com a análise dos movimentos das trocas, inicialmente mais simples ou ocasionais, depois ampliadas e, finalmente, tornando-se gerais, as mercadorias passam a se relacionar entre si de forma cada vez mais social e livre. Livre no sentido abstrato, dadas as novas possibilidades de troca que, ao se ampliarem, reduzem as determinações utilitárias e naturais das especificidades das mercadorias em torno de uma equivalência social. A questão, então, não é sobre o apagamento das qualidades úteis ou específicas das mercadorias. A questão central não se localiza no valor de uso, pois importa o desenvolvimento da manifestação da equivalência entre essas mercadorias que, por suposto, é a antítese do valor de uso. O valor de uso é o oposto da equivalência tanto pela materialidade das suas características naturais como pelos distintos usos que uma mesma mercadoria pode ter para diferentes pessoas.

O valor (e a sua expressão monetária pelo valor de troca) e o valor de uso são grandezas manifestas da mercadoria e se distinguem pelas suas legalidades específicas. Medem-se e validam-se de formas bastante distintas: “Como valores de uso, mercadorias são, sobretudo, de diferentes qualidades. Mas, como valores de troca, elas são meramente diferentes quantidades e, conseqüentemente, não possuem nenhum átomo de valor de uso” (Marx, 2010a, p. 48).

Analisando as manifestações das trocas de forma mais amplas e sociais, deixa-se de lado um acontecimento casual e direto entre dois produtores que, coincidindo-se, permutaram seus produtos apenas pela utilidade. Dos dois lados, uma mercadoria que não tinha valor de uso para si, mas tinha para outrem, por uma mercadoria que tinha valor de uso para si, mas não tinha para outrem. E, ainda que essa utilidade seja mantida em qualquer forma de troca, essa relação de permuta, desdobrando-se, passa a manifestar uma ampliação das possibilidades da própria troca.

Ao se ampliar a visualização desse processo, novas mercadorias se apresentam, e manifestam-se também as relações de forma relativa e de forma equivalente presentes nessas trocas. Observa-se que o valor de uma mercadoria se espelha no valor de outra mercadoria. A manifestação da riqueza das mercadorias se expressa pelo seu valor, isto é, pela sua capacidade de trocas por outras mercadorias. Esse valor, para assim operar, precisa dessa relação com outras mercadorias. Como análise da expressão do valor das mercadorias, observa-se que uma mercadoria precisa, inicialmente, expressar o seu valor, a sua capacidade de troca com outras mercadorias, justamente nas outras mercadorias. A manifestação da sua capacidade de troca não é medida na sua imanência. Trata-se, pois, ainda que de forma prematura, de uma relação social.

A análise da expressão do valor da mercadoria não está contida na manifestação do valor de si mesmo ou por si mesmo, da mesma forma que um rei, sem os seus súditos, não é um rei. A manifestação da capacidade de troca de uma mercadoria se encontra, portanto, na sua relação de troca com outras mercadorias. Para que as trocas possam acontecer, precisa-se de outras mercadorias nessa relação social entre seus portadores. Nessa relação analítica, dois lados passam a figurar e, se, de um lado, se expressa o valor de uma mercadoria, o mesmo não pode ocorrer, ao mesmo tempo, do outro lado da relação. Para analisar a expressão de valor de uma mercadoria, outra mercadoria precisa servir como espelho de valor dessa expressão. A forma relativa do valor requer a expressão de equivalência.

A relação entre essas mercadorias, nessa expressão de capacidade de troca por outras mercadorias requer, portanto, certa identidade entre essas mercadorias. Para surgir a possibilidade de quantificação dessas trocas, precisa-se de algo que seja qualitativamente equivalente. Só se mede algo se esse algo foi determinado como unidade de medida e se esse algo opera na comparação entre os corpos que se deseja medir. Um corpo é grande ou pequeno? Isso pode ser definido *a priori* ou apenas por uma relação entre os corpos?

Ao se comparar dois corpos pelo seu tamanho, ao menos três elementos precisam estar presentes: os dois corpos e uma determinação de algo que represente aquilo que se deseja medir. Só se pode dizer se uma coisa é pequena ou grande medindo o tamanho de uma coisa. E só se mede o tamanho dessa coisa definindo-se e utilizando-se o tamanho como categoria de medida; mesmo que se prescindia de uma definição teórica ou formal para essa categoria, na prática, ela já se encontra presente e efetivada (cf. Marx, 2010a, p. 84-85). A comparação entre os corpos, seguindo esse exemplo, requer essa dupla relação: de comparação, ou seja, de distinção; e de equivalência, isto é, de identidade. Nesse sentido, quando os dois corpos são comparados em

relação ao tamanho, ambos já portam e já manifestam – a partir dessa relação – esses elementos. Ainda que ocorra pela apresentação de uma qualidade natural dos corpos, a sua medição só opera depois da determinação de uma unidade comparativa social que, nesse caso, se referencia no tamanho.

Mas isso ainda não resolve a questão, de estabelecer se um corpo é pequeno ou se é grande. Essa qualidade, de ser a manifestação de um tamanho e, portanto, de poder ter essa manifestação medida, ainda que, nesse momento, apareça como uma propriedade natural do próprio corpo, só pode ser expressa fora desse corpo. Se ele é grande ou pequeno, apenas a relação de sua manifestação com algo que está fora de si é que poderá determinar isso. A expressão da sua grandeza se encontra expressa na sua relação com outro corpo e, dessa forma, a função desse segundo corpo não é a expressão do seu próprio tamanho, mas tão somente o parâmetro para a análise daquele que ele está servindo para comparar. Esse segundo corpo é visto, aqui nesse momento, como expressão comparativa de uma grandeza quantitativa que é sua e que não é sua. A sua proporção quantitativa é somente uma expressão da manifestação do corpo que ele está sendo comparado. Nessa relação, não é a sua medida que importa. Não se interessa se ele, por si mesmo, é grande ou pequeno. Importa apenas que ele, na relação com o outro corpo, manifestará se o tamanho do outro corpo, a partir da comparação consigo, é grande ou pequeno.

Por seu turno, para saber se o segundo corpo (B), que está servindo de comparação, é grande ou pequeno, precisa-se inverter todo o processo e, assim, os dois corpos (A e B) precisarão inverter as suas funções nessa relação. Mas os dois objetos não poderão manifestar as duas coisas ao mesmo tempo. Encontram-se na relação em qualidades operativas diferentes e só podem expressar essas qualidades se forem diferentes entre si. Na análise da manifestação dos objetos entre si, não se pode eleger os dois como parâmetros de comparação. Um corpo expressando o valor do outro corpo não pode ter, ao mesmo tempo, o seu valor expresso. Caso contrário, não seria possível analisar a manifestação do equivalente, nem a forma relativa de valor, e o processo regressaria (ou sequer teria avançado) para o primeiro momento (da forma I – *forma elementar ou acidental de valor*).

Sem apreender a presença do equivalente, as trocas seriam observadas a partir de valores de uso e, dessa forma, inexistiria a manifestação de uma unidade entre as duas mercadorias que as tornassem qualitativamente iguais e que, por conseguinte, as possibilitassem serem comparadas de forma quantitativa. Ainda que se use, nessa comparação entre as expressões das mercadorias, a quantidade mais simples, a da simples existência das mercadorias, a comparação

entre elas só ocorre por uma identidade. Só opera a partir de uma igualdade qualitativa. *A comparação quantitativa, ao invés de prescindir da igualdade qualitativa, na verdade, a pressupõe.* Analisar a manifestação da troca de uma unidade de uma coisa por uma unidade de outra coisa é, ao fim e ao cabo, apenas indicar a igualdade das coisas trocadas pela sua simples quantidade de existência.

Mas, ao indicar a medida da quantidade, ao mesmo tempo, abstrai-se e revela-se a qualidade. Abstrai-se a qualidade porque, na análise dessa relação entre duas mercadorias, uma unidade da mercadoria A sendo trocada por uma unidade da mercadoria B, não se especificam as qualidades específicas de cada uma das mercadorias. Nesse sentido, estando as mercadorias analisadas pela sua quantidade, essa troca já abstrai as especificidades dos seus valores de uso e, assim, opera-se um equivalente entre elas. Para se fazer revelar o equivalente, necessita-se, pois, da abstração das especificidades dos valores de uso, seja por qual for a unidade comparativa determinada. Da mesma forma, para que manifestações de mercadorias tão distintas em relação aos seus valores de uso pudessem ser comparadas entre si e, então, pudessem ser trocadas, algo deve existir de comum entre elas. Necessita-se da existência de algo que as tornem, em alguma medida, equivalentes.

Mas, se o equivalente é a abstração das manifestações particulares dos valores de uso, nem de longe é a abstração da materialidade da mercadoria. O equivalente é a expressão relacional e comparativa entre as mercadorias, medindo-as a partir da manifestação de uma qualidade não somente presente em cada uma delas, mas relevada, nessa mediação, como uma unidade e uma identidade expressa nas duas mercadorias. Na análise da expressão dessa simples troca exemplificada pela simples quantidade (de existência das mercadorias), ao se trocar uma unidade de uma mercadoria por uma unidade de outra mercadoria, a manifestação da equivalência já se encontra determinada. Sem isso, não seria possível desenvolver a análise da troca entre as mercadorias.

Claro que, ao apreender essa unidade, se observa, de forma mais aparente, a presença do valor de uso. Ainda que o portador da mercadoria A se satisfaça com a mercadoria B por razões muito distintas do portador da mercadoria B em relação à mercadoria A, os dois possuem os interesses em valores de usos distintos e recíprocos. Isso expressa, sem dúvidas, uma unidade e, por conseguinte, é um pressuposto manifesto para a realização das trocas. A questão aqui esboçada não é, pois, em relação à apresentação da satisfação acerca dos valores de uso a serem trocados, mas acerca da quantidade das mercadorias que portam esses valores de usos. Que a equivalência entre os trocadores em torno de mercadorias alheias seja fato manifesto, isso é

apenas complementado pela não necessidade de que essas pessoas têm dos valores de uso de suas próprias mercadorias. A troca, nesse foco mais primário, já indica essa dupla reciprocidade. Essa condição estando expressa, parte-se para outra: em que quantidade serão realizadas essas trocas?

Na análise do exemplo simplório anterior, a resposta foi uma unidade de cada uma das mercadorias:  $1A = 1B$ . Mas, por que uma unidade da mercadoria A deve (e pode) ser trocada por uma unidade da mercadoria B? Como se analisa a manifestação dessa relação? Como ela se mede? Aqui, portanto, entra em cena a análise da manifestação do valor: será que uma unidade do produto A vale uma unidade do produto B? E, pressupondo essa relação de troca, a mesma questão será posta pelo outro lado dessa expressão: será que uma unidade do produto B vale uma unidade do produto A?

Do lado do portador da mercadoria A (tomando-se como exemplo), busca-se medir a manifestação do valor da mercadoria B como expressão da mercadoria A. Isto é, a mercadoria B, nesta relação, serve apenas como uma expressão comparativa de um valor externo, do valor da mercadoria A. No fundo, não importa, nesse momento da análise, o que realmente é o valor, mas, tão somente, se a expressão da mercadoria B equivale ao valor da mercadoria A. A mercadoria A, nessa relação de troca, não manifesta o seu valor antecipadamente definido. Esse valor apenas se expressa a partir da sua relação com o valor da mercadoria B. Ocorre a comparação entre duas capacidades de troca e, no enfoque aqui utilizado, se a mercadoria B manifesta a mesma capacidade de troca da mercadoria A<sup>9</sup>.

A análise da manifestação do valor da mercadoria A encontra-se expressa na sua relação com a mercadoria B e, no caso do seu desaparecimento (da mercadoria B), essa relação se anula imediatamente. Aí pode surgir uma nova comparação, por exemplo, com uma nova mercadoria (C). Nesse sentido, a mercadoria C tomaria o lugar da mercadoria B nessa relação, enquanto expressão comparativa da manifestação do valor da mercadoria A. Desse lado da relação (da mercadoria A), percebe-se que a manifestação do seu valor apenas se expressa na relação com outra mercadoria (B ou C). A análise da sua forma de valor é, pois, relativa, dependendo sempre de outra mercadoria para figurar como expressão de valor comparativo. Isto é, a análise da manifestação do valor da mercadoria A só existe na relação com outra mercadoria e, assim,

---

<sup>9</sup> Ainda que seja impossível a existência real de uma relação entre duas mercadorias pela sua capacidade de troca desconsiderando-se que é na totalidade social da mediação geral das mercadorias que se constitui o valor, essa exposição possui um sentido lógico. A abstração dessa totalidade social serve, nesse momento, como instrumento de exposição lógica do desenvolvimento dessas relações e da constituição do valor. Além do teor didático, também se expressa uma dinâmica de apreensão gradativa em relação à essência do valor dentro da sociedade capitalista.

poderá mudar quantas vezes mudar a mercadoria que lhe serve de expressão comparativa de valor (mercadorias B, C, Z).

A mercadoria A, ainda que não mude internamente, tem o seu valor expresso na sua manifestação, que, neste ponto, opera de forma variável<sup>10</sup>. Como uma expressão comparativa externa, seu valor é sempre relativo. A apreensão da manifestação do seu valor encontra-se na expressão comparativa com os outros produtos que servem, através da relação de trocas, de espelho da manifestação desse valor. Enquanto o valor não tiver tomado uma manifestação autônoma (quando o dinheiro se transforma em capital), a expressão do valor se encontra ligado ao corpo da mercadoria. A manifestação do valor da mercadoria A só existe na relação de troca com outra mercadoria. Sem o confronto entre as duas mercadorias, não existem possibilidades de identificar a expressão de valor.

O seu caráter relativo de valor é, neste momento, menos complexo, uma vez que a sua relatividade se encontra na dependência de outra mercadoria, para servir de equivalência ao seu próprio valor. O valor da mercadoria A, ao ser equiparado ao valor da mercadoria B demonstra, nessa relação, que o que expressa a manifestação do seu valor é a sua capacidade de ser trocado pelo mesmo valor da mercadoria B. Ou seja, observa-se que a equivalência da mercadoria A com a mercadoria B demonstra que as manifestações dos valores das duas mercadorias, nessa relação, expressam-se pela mesma capacidade de troca. Assim, por dedução, encontram-se, na equivalência das mercadorias, as expressões dos valores de cada uma delas.

Mas, alterando-se a mercadoria que espelha a manifestação do seu valor nessa relação, altera-se e recomeça-se novamente todo o movimento analítico. A mercadoria A, nesse estágio expositivo, nunca pode ser analisada como equivalente de valor de si mesma. Da mesma forma, a mercadoria B (ou qualquer outra mercadoria que figure nessa situação comparativa) não tem o seu valor manifesto medido pela mercadoria A, mas “apenas” serve de expressão, pela manifestação do seu valor, de algo equivalente à expressão do valor da mercadoria A.

Não se trata de indicar uma igualdade ou uma equivalência entre as mercadorias A e B. Trata-se, tão somente, de examinar que o valor da mercadoria A encontra-se expresso, pela sua equivalência, com o valor da mercadoria B. Observa-se que a mercadoria A tem, em relação à manifestação do seu valor, a equivalência da mesma capacidade de troca presente na manifestação do valor da mercadoria B. Mesmo que as mercadorias A e B não sejam analisadas

---

<sup>10</sup> Isso se deve, conforme desenvolve Marx (2010a), nas partes seguintes de *O capital*, pelo fato da forma valor da mercadoria se manifestar a partir de duas expressões: a sua capacidade externa de trocas com outras mercadorias, e a magnitude do seu valor, medido na duração do trabalho socialmente necessário.

como equivalentes, os valores das duas mercadorias, enquanto expressões de capacidade de trocas, o são.

Todavia, a função da mercadoria B nessa relação não é a de servir como parâmetro comparativo de valor para todas as trocas, como um equivalente usado para medir a manifestação de valor de todas as outras mercadorias<sup>11</sup>. A análise da sua função foi restrita a essa relação e, enquanto expressão da manifestação de valor da mercadoria A, sequer o valor da mercadoria B pode ser igualado às mesmas propriedades de troca da mercadoria A. Se a mercadoria B poderá ou não ser trocada pelas mesmas mercadorias a serem trocadas pela mercadoria A (logicamente, excluindo-se a si mesma), apenas a sua inserção nesse local no processo de troca poderá indicar. Mas, dessa forma, o seu papel de expressão de valor será alterado pela forma relativa de valor. Com isso, a mercadoria B deixará de ser espelho de análise da manifestação do valor da mercadoria A e passará a ter nesta mercadoria o espelho da manifestação do seu próprio valor.

Não obstante, com a ampliação expositiva das mediações entre as mercadorias, ocorre que a mercadoria que opera como forma relativa de valor tenha não apenas uma mercadoria como expressão de equivalência de seu valor, mas várias mercadorias. Com isso, ainda que existam várias mercadorias operando como manifestações de equivalentes de valor, somente uma restará como forma relativa de valor. A mercadoria A permanece exclusivamente só como forma relativa de valor, mas, agora, se expressando de maneira mais ampla, através de várias equivalências de valor em outras mercadorias.

Isso demonstra que essas várias mercadorias podem ser trocadas pela mercadoria A, o que amplia a capacidade de troca desta mercadoria. Quanto maiores as formas de expressão de sua equivalência de valor, maior é a capacidade de troca dessa mercadoria. Mesmo que o seu valor não acresça nessa relação, ele pode ser mais explicitado em equivalências de valores de outras mercadorias<sup>12</sup>. Isto é, se isso não aumenta o valor da mercadoria A, ao menos aumenta o seu escopo de troca e, também as suas formas de uso.

Ampliando-se a análise das manifestações dos valores e, conforme indicado aqui, estando esse foco na mercadoria expressa na posição de valor relativo, também se amplia a análise do seu espelho de valor. Observa-se, nessa mercadoria, a ampliação das expressões da sua capacidade de trocas em outras mercadorias, ampliando-se as manifestações de

---

<sup>11</sup> Esse papel, de equivalente geral dos valores das mercadorias, recai, conforme demonstra Marx (2010a), sobre a moeda.

<sup>12</sup> Conforme indicado anteriormente, na nota 10.

equivalência do seu valor. Com isso, examina-se que a manifestação do valor dessa mercadoria encontra-se expresso em várias outras mercadorias e, desta forma, ele pode também representar uma unidade entre as outras mercadorias que, além de não se relacionarem entre si, se relacionam diretamente com a mercadoria A.

Desta forma, visualiza-se que as demais mercadorias, além de se expressarem por equivalências do valor da mercadoria A, se expressam por gradações quantitativas dessa equivalência. Por exemplo, o valor manifesto da mercadoria A se expressa como equivalente de valores manifestos de uma mercadoria B e de duas mercadorias C. Mas, para que essa gradação quantitativa pudesse ter ocorrido nas expressões de equivalência de valor, uma qualidade precisou tornar-se unitária entre as diversas mercadorias. O fato de todas as mercadorias terem se expressado por equivalências de valores da mercadoria A determina que, entre estas mercadorias (B – Z), a unidade que as iguala é a função de serem exatamente expressões da equivalência da manifestação desse valor. Ocorre, assim, uma metamorfose na função da mercadoria A.

### III

A mercadoria A, por suposto, deixa de ser apenas a manifestação de uma forma de valor relativa e torna-se uma unidade qualitativa que permitirá uma equivalência entre as manifestações dos valores de todas as demais mercadorias. A expressão de equivalência do valor na mercadoria A torna-se a medida que fornece o parâmetro para a proporcionalidade da manifestação dos valores das outras mercadorias. A relação das manifestações do valor da mercadoria A para o valor da mercadoria B, ao ser vista pelo outro lado, demonstra em B uma expressão de proporção da equivalência do valor da mercadoria A. Se, antes, a mercadoria B figurava como uma expressão da capacidade de troca da mercadoria A, agora ela mesma passa a ser medida na manifestação desse valor.

Entretanto, nesse estágio expositivo, este valor, até agora, ainda que seja fruto de uma relação de troca entre as mercadorias, ainda é uma qualidade expressa na própria mercadoria, referendada na sua materialidade. A análise da expressão de equivalência dos valores dessas mercadorias ainda é refém, em alguma medida, dos valores de uso destas mercadorias. A análise da manifestação do valor destas mercadorias, nesse momento, só ocorre pela expressão de equivalência de valores com as mercadorias. De forma que, ao capturar uma mercadoria e isolá-la desse processo, ela não teria condições de revelar a expressão do seu próprio valor. Mesmo



com esse recurso de abstração, isso não seria possível, pois a mercadoria ainda não se encontrava expressa como uma unidade singular de um processo universal.

Contudo, com a análise da manifestação da totalidade das mediações entre as mercadorias, possibilita-se transitar entre as qualidades aparentes desses objetos e adentrar no centro do seu conteúdo e da sua equivalência geral:

A forma geral de valor, C, resulta da ação conjunta de todo o mundo das mercadorias, e através dela sozinha. A mercadoria pode adquirir uma expressão geral do seu valor apenas pelas outras mercadorias, simultaneamente com isso, expressando seus valores num mesmo equivalente; e cada nova mercadoria precisa seguir esse exemplo. Isto torna evidente que, uma vez que a existência das mercadorias como valores é puramente social, esta existência social pode ser expressa pela totalidade das suas relações sociais isoladas, e conseqüentemente que a forma dos seus valores precisa ser uma forma socialmente reconhecida (Marx, 2010a, p. 77).

Nesse estágio de exposição, a totalidade das mediações entre as mercadorias não aparece mais como um fenômeno externo, mas como uma expressão também presente em cada mercadoria particular. Medida pela unidade antes constituída pelo desenvolvimento das relações entre as mercadorias, a marca da equivalência estará presente em qualquer exemplo particular desse universo. A análise das mercadorias salta para uma perspectiva mais complexa: não são as mercadorias que manifestam a equivalência de valor, mas a equivalência de valor que se manifesta nas mercadorias<sup>13</sup>. Com isso, a expressão da própria fonte de criação das mercadorias também passará por essa metamorfose. É a manifestação do valor da mercadoria se desconectando da especificidade do seu corpo material, da sua naturalidade corpórea, para assumir a forma de trabalho em geral<sup>14</sup>. Na abstração dos valores de usos das mercadorias, o que lhes resta como equivalente são apenas os trabalhos que foram realizados para as suas produções. Contudo, aqui não se trata da peculiaridade destes trabalhos, mas também daquilo

---

<sup>13</sup> Isso serve tanto como uma expressão de análise lógica, como histórica. A apreensão da categoria de valor por Marx diferiu daquela anteriormente realizada pelos economistas políticos. Em vez de ser apenas uma característica interna das mercadorias, passou a ser analisada pela totalidade de suas relações sociais. Como afirmou Callinicos (2014, p. 159): “Este modo de começar é indicativo do método defendido por Marx na carta a Kugelmann que discutimos no último capítulo: a tarefa não é provar a teoria do valor-trabalho no começo, mas mostrar como a lei do valor governa todas as configurações complexas através das quais as relações econômicas capitalistas são formadas e reproduzidas. Mas também simboliza a mudança que Marx faz em como conceituar valor: não é mais tratado como uma substância quase natural inerente às mercadorias, mas se torna a teia de relações que articulam o capitalismo em uma totalidade”.

<sup>14</sup> “Uma das conseqüências do aparecimento e da generalização progressiva da produção de mercadorias é que o próprio trabalho começa a tornar-se em qualquer coisa regular, uma coisa medida, quer dizer que o próprio trabalho deixa de ser uma atividade integrada nos ritmos da natureza, conforme os ritmos fisiológicos próprios do homem” (Mandel, 1978, p. 21).

que os tornam equivalentes. Além de não se tratar do trabalho em sentido específico, particular, trata-se do trabalho subsumido à forma de valor das mercadorias.

No seu panfleto intitulado *Valor, preço e lucro*<sup>15</sup>, escrito em 1865, Marx já tinha apontado para esta questão. A expressão de equivalência entre duas mercadorias pressupõe algo que lhes fornece uma unidade de comparação e que está presente nas suas magnitudes de valor:

Eu digo que o valor do trigo e seu equivalente em ferro são iguais a alguma terceira coisa, que não é nem trigo nem ferro, porque suponho que eles expressem a mesma magnitude em duas formas diferentes. Qualquer um deles, o trigo ou o ferro, deve, portanto, independentemente do outro, ser redutível a essa terceira coisa que é sua medida comum (Marx, 2010e, p. 121).

Neste sentido, não se trata da peculiaridade desses tipos de trabalhos, mas daquilo que os tornam equivalentes. Além de não lidar com o trabalho em um sentido específico, em particular, trata-se de trabalho subordinado à forma de valor das mercadorias. Não é a mercadoria A que, a partir de então, manifestará a expressão da sua equivalência, mas será o valor, na sua relação com o trabalho, que exporá essa equivalência. Aquilo que a mercadoria A expressava, agora a expressa. Antes, o equivalente tinha sua materialidade na mercadoria e dependia dela. Agora, a materialidade da mercadoria apenas funciona como equivalente e manifestação do valor. O sentido se inverte e o que era protagonista torna-se coadjuvante e o que era coadjuvante torna-se protagonista. A mercadoria A se expressava na sua relação de equivalência de valor com as demais mercadorias. Agora a equivalência de valor em geral se expressa em cada uma das mercadorias, inclusive na mercadoria A.

Observa-se, assim, que o valor não se manifesta pela especificidade de uma mercadoria (A), mas como uma expressão totalmente social. A mercadoria A, nessa metamorfose, no lugar de ser materialidade portadora de um valor, de ser equivalente, passa a ser uma subordinação do valor, do equivalente. Assim, algumas determinações contraditórias da essência das mercadorias começam a se revelar. A exposição passa a identificar o que se esconde por trás dos equivalentes entre as mercadorias e que manifesta a forma do seu valor. Passa a vislumbrar as metamorfoses presentes nessa dinâmica.

A mercadoria então se expressa pelo seu passaporte universal de valor, carimbado pelo

---

<sup>15</sup> Ressalta-se que o título original desta obra de Marx (*Value, price and profit*) foi posteriormente modificado, seguindo a edição alemã, conforme consta nas Werke (Marx, 1962) para *Salário, preço e lucro (Lohn, Preis und Profit)*. O título original se mantém tanto na versão publicada pela MEGA (Marx, 2003) como na edição citada da Collected Works (Marx, 2010e).

trabalho abstrato<sup>16</sup>. Na dinâmica complexa da manifestação da forma valor, observa-se a formação da sua crisálida social:

A forma geral do valor relativo, abrangendo todo o mundo das mercadorias, converte a simples mercadoria que é excluída do resto e fez o jogo da parte do equivalente – o linho – em equivalente universal. A forma corpórea do linho é agora a forma assumida em comum pelos valores das mercadorias; ela, assim sendo, torna-se diretamente permutável com todas e com cada uma delas. A substância linho torna-se a encarnação visível, o estado da crisálida social de todos os tipos de trabalho humano. Tecelagem, que é um trabalho de certos indivíduos privados produzindo um artigo particular, linho, adquire, conseqüentemente, um caráter social, o caráter de igualdade com todos os outros tipos de trabalho. As inumeráveis equações das quais a forma geral de valor é composta, igualam, por sua vez, o trabalho corporificado no linho àqueles corporificados em cada outra mercadoria e assim convertem a tecelagem na forma geral de manifestação de trabalho humano indiferenciado. Desta maneira, o trabalho realizado nos valores das mercadorias é apresentado não apenas sob seu aspecto negativo, sob qual a abstração é feita a partir de cada forma concreta e propriedade útil de trabalho real, mas a sua própria positividade é feita para revelar-se expressamente. A forma geral de valor é a redução de todos os tipos reais de trabalho nas suas qualidades comuns de trabalho humano geral, de ser o dispêndio de força de trabalho humano (Marx, 2010a, p. 77-78).

Foi o casulo que possibilitou a criação da borboleta. Mas, assim que a borboleta está constituída, observa-se que o casulo deixou de ser a base da criação para ser uma manifestação pretérita de algo que se transformou e se tornou independente. Se, antes, a borboleta não teria sido nada sem o seu casulo, agora que a borboleta já existe, o casulo expressa a sua aparência apenas na história passada da borboleta. A efetivação dessa potência expressa também uma possibilidade que apenas *post festum* tornou-se conhecida e determinante. Não se trata de dizer que, como o casulo veio antes, esse é mais importante que a borboleta, pois, logicamente, ainda que tenha permitido a origem da borboleta, isso agora não possui a importância que tinha anteriormente. A sua anterior qualidade de determinação tornou-se dialeticamente subsumida.

A análise da dinâmica da manifestação de valor apresenta o lastro dos movimentos

---

<sup>16</sup> Ao analisar a forma valor presente nas mediações entre as mercadorias, se percebe também as metamorfoses da forma trabalho. Esse se modifica tanto no sentido individual para social, como no sentido concreto para abstrato. As duas transições, contudo, não abolem os sentidos iniciais, mas os subsumem. Por isso que tal fato só pode ser constatado *a posteriori* e não pela análise gradativa do trabalho, como o indica, por exemplo, Rubin (1980, p. 77): “O ponto de partida para a investigação não é o valor, mas o trabalho, não as transações de troca no mercado enquanto tais, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações de produção entre as pessoas. As transações de troca no mercado são as conseqüências necessárias, então, da estrutura interna da sociedade; elas são um dos aspectos do processo social de produção. A teoria do valor-trabalho não está baseada na análise das transações de troca enquanto tais em sua forma material, mas na análise das relações sociais de produção que se expressam essas transações”.

anteriores na sua permanência, mas também na sua negação. Algo novo e mais complexo foi criado nesse movimento dialético. Nesse sentido, ao se desprender da sua relação imediata com a materialidade da mercadoria, isto é, com o seu valor de uso, o valor não somente se expressa de forma autônoma como passa a subsumir as outras qualidades da mercadoria. O valor, ao passo que abstrai o valor de uso, apresenta essas qualidades naturais da mercadoria como sendo uma subordinação sua. Mesmo que se distingam valor de uso e valor, a aparência da mercadoria apresenta aquele subsumido a esse. Da mesma forma, ocorre, nesse processo, uma alteração na manifestação da fonte produtora dessas mercadorias. Ainda que o trabalho humano seja o elemento criador das mercadorias, a ascendência do valor requer também um desprendimento das especificidades do trabalho.

Na análise da crisálida social da mercadoria, o trabalho humano passa por uma reconfiguração da sua manifestação social e econômica, imposta pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento das trocas, as relações entre as mercadorias se ampliaram ao ponto de surgir a necessidade de determinação de uma mercadoria como equivalente geral das outras mercadorias. Com isso, a manifestação do valor das mercadorias, expresso na equivalência da sua capacidade de troca por outras mercadorias, passou a figurar como um lugar comum do mundo das mercadorias. A forma valor passou a ser a expressão natural do mundo das mercadorias.

A escolha por uma mercadoria como equivalente geral apresentou uma relação universal das mercadorias explicitando as suas capacidades de trocas como sendo as suas principais qualidades. A metamorfose do valor, passando de criatura a criador, expressa a crisálida social da mercadoria como uma encarnação de valor que abstrai, dentro de si, as especificidades dos trabalhos. A apresentação dessa dinâmica só poderia ser feita, portanto, pressupondo a vigência do capitalismo.

## Referências

CALLINICOS, A. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.

ENGELS, F. Karl Marx, a contribution to the critique of political economy. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 16. London: Lawrence & Wishart, 2010.

HEINRICH, M. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. Vol. 1. New York: Monthly Review Press, 2004.

HOLLOWAY, J. Read Capital: the first sentence or, Capital starts with wealth, not with

commodity. **Historical Materialism Journal**, v. 23.3. London, p. 03-26, 2015.

MANDEL, E. **Iniciação à teoria económica marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, K. Capital: a critique of political economy. Vol. I. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010a.

\_\_\_\_\_. Preface to the first German edition. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 35 (Karl Marx – Capital Volume I). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

\_\_\_\_\_. Economics Manuscripts of 1857-58 (First Version of Capital). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 28 (Marx 1857-61). London: Lawrence & Wishart, 2010c.

\_\_\_\_\_. Marx to Engels. 22 July 1859 (letter). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 40 (letters 1856-59). London: Lawrence & Wishart, 2010d.

\_\_\_\_\_. Value, price and profit. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Collected Works**, Vol. 20 (Marx and Engels 1864-68). London: Lawrence & Wishart, 2010e.

\_\_\_\_\_. Value, price and profit. In: MARX, K.; ENGELS, F. **MEGA** (Marx-Engels-Gesamtausgabe), Inhaltsverzeichnis I/20 (Karl Marx - Friedrich Engels. Werke, Artikel, Entwürfe – Sep. 1864 bis Sep. 1867). Amsterdam: International Instituut voor Sociale Geschiedenis, 2003.

\_\_\_\_\_. Lohn, Preis und Profit. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Werke**, Bd. 16. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

MOURA, M. C. B. de. Sobre o projeto de crítica da economia política de Marx. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 9, 1999.

MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em O Capital. **Boletim SEAF**, Belo Horizonte, v. 2, p. 17-41, 1983.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.